

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PROJETO DE LEI Nº 371, DE 2021

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

Autor: Deputado FÁBIO TRAD

Relator: Deputado TED CONTI

I - RELATÓRIO

De autoria do Deputado Fábio Trad, a presente proposta altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor, no sentido de garantir maior publicidade sobre produtos e serviços na rede mundial de computadores. A proposta prevê maior informação sobre produtos e serviços, bem como a colocação, em local de destaque, de dados sobre a Central de Atendimento em páginas de vendas na internet ou empresas jornalísticas.

A proposta foi distribuída às Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; Defesa do Consumidor e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD). A proposição está sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões.

Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.



II - VOTO DO RELATOR

A informação clara e correta é um direito básico previsto no Código de Defesa do Consumidor. No entanto, a prática social demonstra que os consumidores nem sempre têm acesso aos recursos que necessitam para fazerem a escolha certa do produto e do serviço que precisam. Os índices de reclamações nos órgãos de defesa do consumidor demonstram que esta relação precisa ser aperfeiçoada. As empresas de varejo estão no topo das listas de reclamação dos Procons, para citar alguns exemplos.

Diante do quadro da pandemia de Coronavírus, as atividades de consumo se tornaram ainda mais desafiadoras diante da nova realidade do comércio online. Sem acesso ao produto, o consumidor fica à mercê das informações disponíveis nos sites na internet, que são voltadas para atender às estratégias de marketing das empresas, e nem sempre retratam o produto com fidelidade ou, no mínimo, com a riqueza de detalhes necessária para nortear uma compra consciente e segura.

No sentido de suprir tal lacuna, a proposição que ora analisamos vem ao encontro de uma necessidade básica do consumidor, que é a de interagir com o comerciante dentro de uma relação normal de consumo.

A forma proposta é a exibição, de forma inequívoca e com ampla visibilidade, de um contato para que o consumidor possa tirar dúvidas, buscar mais informações ou mesmo fazer uma reclamação, caso já tenha adquirido o produto.

Em nosso entendimento, o mérito da proposta é corrigir a assimetria informacional que existe entre o consumidor e vendedor na internet, uma vez que a interface pessoal inexiste no comércio virtual. Portanto, a proposta em tela é não apenas oportuna, como também uma medida de aperfeiçoamento da relação de consumo, o que é positivo para ambas as partes dessa relação.

No que tange aos jornais e a criação de um canal de comunicação com o leitor, acredito que também se configura numa medida salutar, uma vez que a comunicação dialógica e a maior interatividade entre



jornalistas e leitores cumpre o papel de aprimorar a função social do jornalismo, que é a de representar os interesses da sociedade perante o Estado e as instituições.

Por fim, consideramos que as medidas aqui propostas são de fácil implementação, a baixo custo, porém, ainda assim, julgamos oportuno estabelecer o prazo de 180 (cento e oitenta dias) para a implementação das ações aqui previstas - como faz a proposição -, visto que haverá sanções aos estabelecimentos comerciais e aos órgãos de imprensa, no caso de descumprimento legal.

Pelas razões expostas acima, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei 371/2021.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado TED CONTI
Relator

2021-8793



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ted Conti
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD217635753600>

